

Eleições 2022

# Acordos do TSE com plataformas deixam brecha para desinformação

— Termos de memorandos firmados entre a Corte Eleitoral e rede sociais e aplicativos são considerados brandos na comparação com ações realizadas nos EUA, aponta estudo

LEVY TELES

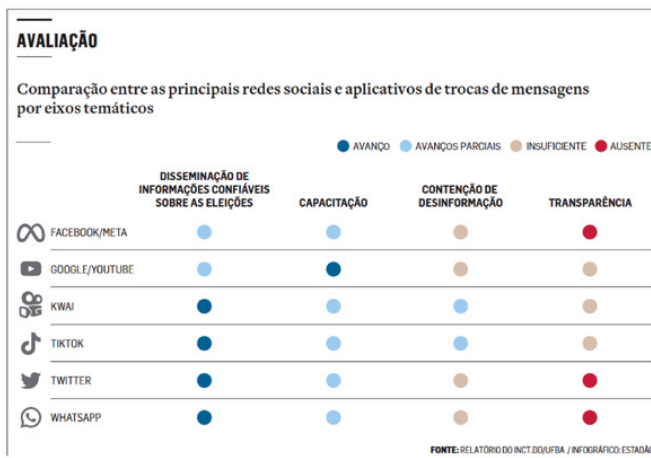
O acordo firmado em fevereiro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens deixou brechas em medidas de combate à desinformação no Brasil. A constatação é apontada em um estudo que analisou os chamados memorandos de entendimento com a Corte Eleitoral e concluiu que, em geral, os termos acertados foram mais brandos se comparados às ações realizadas nos Estados Unidos.

O relatório, produzido por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), avaliou os quatro eixos do acordo do TSE com Facebook/Meta, Google/YouTube, WhatsApp, TikTok, Twitter e Kwai: disseminação de informações confiáveis e oficiais sobre as eleições, capacitação, contenção de desinformação e transparência.

Em comparação com a eleição de 2018, os pesquisadores acreditam que houve avanços, mas destacaram, por exemplo, que não há previsão de sanção às plataformas em caso de não cumprimento do acordo feito com a Justiça Eleitoral. “Se a plataforma não cumprir com o acordado, o que o TSE fará?”, questionou a pesquisadora do INCT.DD Maria Paula Almada.

O relatório afirma que quase todas as plataformas tiveram avanços nos dois primeiros eixos estruturantes, mas tomaram medidas insuficientes no campo de contenção de desinformação. E nenhuma delas apresentou avanços no campo da transparência. “A transparência ia dar uma compreensão maior sobre como um conteúdo é retirado”, disse o pesquisador do INCT.DD Rodrigo Carreiro. “Temos algumas indicações de como o algoritmo funciona, mas não se sabe em que medida esse conteúdo será retirado do ar de forma automatizada ou se será retirado a partir de interferência humana.”

O Telegram, que firmou parceria com o TSE no último dia 25, após ameaça de medidas judiciais como a suspensão de seu funcionamento no Brasil, ficou fora do estudo. “A plataforma atuava nas sombras”,



## Medidas adotadas e prometidas

### Brasil

● No caso do Facebook, não há a especificação, apenas a indicação de violações já sinalizadas pela legislação eleitoral vigente. Existe, ainda, uma “biblioteca” de anúncios atualizada e com anunciantes verificados.

● O YouTube informou que publicará relatório, com a atualização dos termos de verificação de anunciantes. Não há indicação de interferência nas políticas de recomendação.

● O Twitter não permite anúncio pago de nenhum candidato, partido ou órgão estatal. Prometeu abrir um canal direto entre a plataforma e o TSE para dar celeridade no caso de denúncias.

● O Kwai se comprometeu a publicar uma página especial com informações oficiais sobre as eleições, além de criar um canal para o envio de denúncias.

afirmou o pesquisador. Em uma primeira medida prática tomada após o memorando do TSE, o YouTube anunciou recentemente uma

### Estados Unidos

● A plataforma, nos EUA, especifica temas, termos e ideias proibidos de serem parte de anúncios eleitorais. O Facebook também adota a “biblioteca” de anúncios atualizada e com anunciantes verificados.

● Diferentemente do Brasil, o YouTube adota nos EUA medidas claras a respeito de políticas de recomendação para conteúdo desinformativo. Publicações que engajem eleitores são proibidas.

● Também não permite anúncio pago de nenhum candidato, partido ou órgão estatal. E já adota requisitos de segurança específicos para perfis políticos de grande alcance.

● Plataforma prevê a especificação de termos e tipos de vídeos suspensos. Buscas associadas a discurso de ódio são redirecionadas para normas de comunidade.

nova política contra a disseminação de informações enganosas sobre as eleições no Brasil. As regras permitem a exclusão de vídeos antigos que conte-

(PL-DF), em fevereiro. A ação ocorreu após a publicação, no mês anterior, de uma live que questiona a eficácia da vacina de covid-19 em crianças. O vídeo, contudo, permanece ativo no Facebook e no Twitter. A parlamentar é investigada no inquérito das fake news, que tramita no Supremo Tribunal Federal sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Bia Kicis classificou a atitude da plataforma como “censura odiosa”. Procuradas, as plataformas disseram que promovem ações para melhorar o debate sobre o tema no ambiente digital (mais informações na pág. A8).

**EUA.** O relatório vê a necessidade de adaptação das redes sociais ao contexto político nacional, em comparação com o ambiente digital nos Estados Unidos, país em que a maioria das plataformas – com exceção das chinesas TikTok e Kwai – estão sediadas.

No caso de Facebook e Instagram, geridas pelo grupo Meta, não há, no acordo com o TSE, especificação sobre temas, termos ou ideias proibidos de serem parte de anúncios eleitorais. “Aqui no Brasil essas grandes questões que envolvem as plataformas vêm sempre após a experiência americana, então a gente está sempre atrasado”, disse Carreiro. “É perceptível a diferença.”

## Alcance Estudo abrangeu acordos do TSE com Facebook, Google, Instagram, TikTok, YouTube e Kwai

Os pesquisadores ainda apontam a necessidade de haver ações integradas entre as redes ou memorandos específicos do TSE para as diferentes plataformas. “As dinâmicas são diferentes, o modo como a notícia circula é diferente, então a gente entende que teria havido mais ganho caso houvesse acordos diferentes para cada plataforma”, afirmou Maria Paula. Pelas particularidades de cada rede, Carreiro disse não saber se é possível uma integração num horizonte próximo. “Mas deveria ocorrer.”

O YouTube bloqueou o perfil da deputada e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Bia Kicis

# Empresas se dizem engajadas no combate às notícias falsas

*Redes e aplicativos afirmam que já iniciaram ações contra a desinformação tendo como foco a atual conjuntura eleitoral*

.....  
**LEVY TELES**  
.....

As plataformas afirmaram considerar a parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como chave para um trabalho eficaz contra a desinformação eleitoral. As redes e aplicativos disseram também que promovem ações para melhorar o debate sobre o tema no ambiente digital tendo em vista a votação em outubro. O Meta, que administra as redes sociais Facebook e Instagram, afirmou ao **Estadão** que “proteger a integridade das eleições é uma prioridade da plataforma”. A empresa relatou que houve avanços no bloqueio de contas falsas, limite à disseminação de desinformação e que, em 2022, seguirá “colaborando com autoridades eleitorais”.

Uma das novidades é a adoção de um rótulo para postagens sobre eleições no Facebook e no Instagram, direcionando o usuário para a página da Justiça Eleitoral. A ação au-

mentou o acesso ao site em 10 vezes nos dois primeiros meses deste ano. Além disso, as duas redes vão ter, pela primeira vez, um canal de denúncias dedicado à Corte eleitoral.

O Twitter informou que pretende adotar uma ferramenta que faça com que o primeiro resultado numa pesquisa sobre eleições seja um link para a página do TSE. O Kwai, por sua vez, baseou sua política sobre eleições em cinco catego-

.....  
**“Se eles cumprirem o que prometeram, teremos grandes avanços na contenção de circulação de notícias falsas.”**

**Maria Paula Almada**  
Pesquisadora  
.....

rias: informações falsas sobre como participar do processo eleitoral; intimidação e incitação ao boicote às eleições; informações falsas sobre a integridade eleitoral; informações enganosas sobre candidatos; e conteúdos que infringem a legislação eleitoral.

Diretor de Políticas Públicas do TikTok no Brasil, Fernando Gallo destacou ações como a parceria com agências de

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 7 e 8